

# A ATUAÇÃO DOS METALÚRGICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO: LUTA REIVINDICATIVA E CONSERVADORISMO POLÍTICO

## *SÃO PAULO'S METALWORKER'S PERFORMANCE: DEMANDS AND POLITICAL CONSERVATISM*

Patrícia Vieira Trópia (\*)

### RESUMO

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), desde sua origem, caracterizou-se por um comportamento peculiar, cujos traços têm escapado a alguns analistas do sindicalismo brasileiro. Com exceção do período 1951-1964, quando esteve sob influência do PCB, desde 1932 até o início dos anos 2000, o SMSP assumiu uma orientação político-sindical conservadora: seja resistindo ao avanço das lutas progressistas no período populista, seja apoiando os governos ditatoriais e neoliberais. Durante o período estudado salta aos olhos a tendência ao conservadorismo no plano político, enquanto no plano reivindicativo, a ação do SMSP, de 1932 até o golpe de 1964, foi de inexpressiva a moderada; na ditadura militar, a ação grevista ficou restrita à oposição sindical metalúrgica, aglutinada em torno do Movimento de Oposição aos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP). Desde a emergência do “sindicalismo de resultados”, o SMSP tem sido atuante na luta grevista e reivindicativa, enquanto no plano político representa uma das principais classes-apoio dos governos neoliberais no Brasil. O artigo conta com três seções. A primeira se dedica à análise da origem e trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo até os anos 80 e em uma subseção trata da ação grevista e reivindicativa do “sindicalismo de resultados” presente neste sindicato. A segunda seção compreende um estudo da luta reivindicativa desse sindicato na década de 90. Por último, as notas conclusivas.

**Palavras-chave:** Sindicalismo, Metalúrgicos de São Paulo, Neoliberalismo.

### ABSTRACT

The Union of Metalworkers of Sao Paulo, since its origin, has behaved in a peculiar way, which was not fully noticed by some analysts of the Brazilian unionism. From 1951 to 1964 the Union was under the influence of PCB and has worked to improve the fight for wages. However, apart from that 1951-1964 period, since than 1932, the SMSP (Union of Metalworkers of Sao Paulo) has taken a conservative political orientation: it has resisted the advances of the progressive struggles in the populist period; and supported the dictatorial and neoliberal governments. SMSP exists for nearly 70 years, in which most of the time its conservative trend in the political arena became obvious. Whilst in the demands field, SMSP's actions from 1932 until the military coup of 1964 varied from inexistent to moderate. During the military dictatorship the strike actions were restricted to the opposition to the metallurgical union, focused on the Movement of Opposition to the Metalworkers of Sao Paulo (MOMSP). Since the late 1980s, the SMSP has taken actions supporting the workers' strikes and demands, while in a political level it represents a major support class for the neoliberal governments in Brazil. The article comprises three sections. The first one is an analysis of the São Paulo Metalworkers' Trade Union development up to the 1980s with a sub-section which is about the strike movement requests of the pragmatic trade union movement. The second section is a study of this trade union fight for its rights during the 1990s. And finally the conclusion.

**Keywords:** Trade union, Union of Metalworkers of Sao Paulo, Neoliberalism.

---

(\*) Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: tropia@uol.com.br.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, desde a sua origem, tem se caracterizado por um comportamento peculiar, cujos traços têm escapado a alguns analistas do sindicalismo brasileiro. Com exceção do interregno 1951-1964, quando esteve sob influência do PCB, desde 1932 o SMSP assumiu uma orientação político-sindical conservadora: seja resistindo ao avanço das lutas progressistas no período populista, seja apoiando os governos ditatoriais e neoliberais. Durante o período estudado salta aos olhos a tendência ao conservadorismo no plano político, enquanto no plano reivindicativo a ação do SMSP, de 1932 até o golpe de 1964, foi de inexpressiva a moderada; na ditadura militar, a ação grevista ficou restrita à oposição sindical metalúrgica, aglutinada em torno do movimento de oposição aos metalúrgicos de São Paulo. Desde a emergência do “sindicalismo de resultados”, o SMSP tem sido atuante na luta grevista e reivindicativa, enquanto no plano político representa uma das principais classes-apoio dos governos neoliberais no Brasil<sup>(1)</sup>.

Analisamos, na primeira parte deste artigo, a história do SMSP desde a sua origem, em 1932, até o final da década de 1980, buscando apreender sua atuação nas lutas sindical e política. Na segunda parte, procuramos mostrar que, se desde o surgimento do “sindicalismo de resultados” o SMSP intensificou a mobilização da categoria em torno de reivindicações econômicas, no plano político constituiu uma força-apoio da política neoliberal.

### *1. A TRADIÇÃO CONSERVADORA DO SMSP — ORIGEM E TRAJETÓRIA ATÉ OS ANOS 80*

Os metalúrgicos de São Paulo iniciaram sua organização sindical na Primeira República. Eles foram ativos na criação da União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, organização de orientação anarco-sindicalista que exercia uma ação autônoma frente ao Estado e que lutava pela liberdade sindical. Com a instituição do Decreto n. 19.770, em março de 1931, criou-se o sindicalismo oficial, cuja principal finalidade era o controle do movimento operário pelo Estado (BOITO JR., 1991). Apesar da adesão ao sindicato de Estado ter ocorrido entre as categorias de trabalhadores com pouca tradição organizativa e, majoritariamente, de classe média, a classe operária paulistana, a despeito da resistência inicial, não ficou imune ao processo de oficialização sindical. O SMSP, a exemplo do que dissemos, solicitou, então, seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, em dezembro de 1932 — conseguindo seu registro cinco meses depois (PAES, 1979).

Por conta da tradição reivindicativa operária acumulada na Primeira República, até aproximadamente 1934, o sindicato oficial não contou com a participação de um grande contingente de metalúrgicos, na medida em que a maioria dos militantes permaneceu ligada à União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo. Contudo, a estratégia do governo Vargas de vincular os recém-criados direitos sociais à sindicalização foi decisiva na atração de setores mais organizados da classe operária para o sindicalismo oficial e, no caso em pauta, de um contingente maior de metalúrgicos para as fileiras do SMSP<sup>(2)</sup>.

---

(1) Forjado por Poulantzas (1978), o conceito de classe-apoio designa a base de sustentação de uma determinada forma de Estado. Utilizo aqui o conceito de classe-apoio para designar a base (social e de classe) de sustentação de uma determinada política estatal.

(2) A redução no número de greves após 1930 é notória, especialmente após 1937, durante a ditadura de Vargas. As greves na cidade de São Paulo caíram de 75, no período compreendido entre os anos de 1915-1929, para 59, entre os anos 1930-

Em seus primeiros anos, o SMSP — representante de uma categoria geograficamente dispersa, numericamente reduzida e pertencente a um setor tecnologicamente tradicional — caracterizou-se por uma luta limitada às reivindicações econômicas (aumento salarial) e sociais (instituição do salário mínimo e de um sistema de aposentadoria e pensões, por exemplo), enquanto no terreno político é digno de nota a recusa a integrar a Aliança Nacional Libertadora em 1935 (ANTUNES, 1982). Durante o Estado Novo, a luta sindical reivindicativa no País praticamente inexistiu, pois, sob controle oficial e repressão policial, poucas greves foram organizadas. O SMSP, neste período, foi dirigido por um sucedâneo de sindicalistas integralistas, ministerialistas e trabalhistas<sup>(3)</sup>. Salvador de Luttis, interventor, promovido em 1937 e afastado em 1939 pelo DET (Departamento Estadual do Trabalho), participou da “Frente sindical contra os extremismos”, frente cujo objetivo era disseminar os princípios do integralismo no meio operário e combater o comunismo. É preciso ressaltar que, a despeito do governismo da direção do SMSP e de sua distância em relação à base, cresceu — provavelmente atraídos pela oferta de serviços médicos e jurídicos — o número de associados, de 1.689 (1936) para 1.738 (1938). A segunda intervenção no sindicato levou, a partir de 1939, à condição de diretores do sindicato outro grupo de pelegos, chamado de “ministerialistas”, que aprofundou a burocratização do sindicato, afastou-se ainda mais das reivindicações dos metalúrgicos e implementou um conjunto de práticas sindicais que, desde então, tem sido um distintivo do SMSP: referimo-nos, em especial, aos serviços assistenciais e à repressão, muitas vezes violenta, às ações espontâneas esporádicas nas fábricas de São Paulo. Vale também assinalar a ascensão das lideranças do SMSP nos graus superiores da burocracia do sindicalismo oficial, na Federação e na Confederação da Indústria, tradicionais redutos do peleguismo (RODRIGUES, 1968).

Com a criação do estatuto padrão (1939) e do imposto sindical (1940), ocorreu o enriquecimento do sindicato, cujo símbolo maior foi a compra do prédio da rua do Carmo, onde passou a funcionar a sede do SMSP até 2002. Houve também a ampliação dos serviços médico-ambulatoriais, iniciativa que atraiu um contingente maior de metalúrgicos para as fileiras do sindicato — pelo menos é o que se pode concluir pela diferença entre o número de metalúrgicos que participavam das assembleias (60 e 157 participantes nas duas assembleias realizadas) e aqueles que utilizavam os serviços médicos (7.652 consultas), em 1943 (PAES, 1979). Nesta ocasião, o sindicato lançou o jornal *O Metalúrgico* que se definiu, desde sua origem, como um órgão defensor da conciliação de classe e, naquela conjuntura, de apoio público ao populismo de Vargas.

Embora o movimento operário e sindical em geral tenha revertido o quadro de descenso grevista e reivindicativo na conjuntura de democratização política (1945-46)<sup>(4)</sup>, o

---

-1940. Mesmo fenômeno ocorreu com os metalúrgicos da cidade de São Paulo que realizaram dez paralisações entre os anos de 1901-1929 e apenas seis na década de 1930 (SIMÃO, 1981).

(3) Integralistas eram os militantes da Aliança Integralista Brasileira (AIB), grupo cuja ideologia tinha fortes afinidades com o fascismo italiano e que teve expressão política durante o Estado Novo. Ministerialistas eram as lideranças sindicais que atuavam e acumulavam cargos na burocracia sindical, vale dizer no Ministério do Trabalho. Eram chamados “trabalhistas”, os sindicalistas ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido criado por Getúlio Vargas (DELGADO, 1989).

(4) Mesmo com o controle estabelecido pela estrutura sindical oficial, criou-se o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) — organizações que contrariavam a legislação sindical vigente —, bem como organizações no local de trabalho — as quais foram responsáveis por greves por empresa e pela greve geral de fevereiro de 1946 (NOGUEIRA, 1997).

SMSP, ainda que pressionado por segmentos de sua base a apoiar a greve geral de 1946, acabou por solicitar a intervenção do Ministério do Trabalho, quando cerca de 20 mil metalúrgicos de médias e grandes empresas em sua base decidiram manter a greve até que suas reivindicações imediatas fossem atendidas (MARANHÃO, 1979). Em face da movimentação dos metalúrgicos paulistanos nas fábricas, bem como do aumento da pressão destes sobre o sindicato, a resposta do SMSP foi o boicote à quase totalidade dos pedidos de dissídio e às iniciativas grevistas, tanto quanto o apoio — a despeito de uma década sem campanhas salariais — à política de arrocho de Vargas (MARANHÃO, 1979). Entre os anos de 1947 e 1951, o SMSP foi alvo de disputas políticas dentro da diretoria, enquanto nas fábricas continuaram sendo tomadas iniciativas para instaurar dissídios que garantissem aumentos salariais aos metalúrgicos. Mas o SMSP recrudescer a repressão à oposição, censurou o jornal, manipulou assembleias e permitiu a corrupção interna — prática que, pelas denúncias surgidas nas décadas seguintes, se tornaria um traço comum na história deste sindicato<sup>(5)</sup>.

Foi somente a partir de 1951, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que a luta reivindicativa dos metalúrgicos por melhores condições salariais e por reformas sociais foi assumida pelo SMSP. O sindicato, em função do crescimento do parque industrial metalúrgico na capital, bem como da influência das novas lideranças comunistas, passou a apoiar várias greves organizadas em sua base, inclusive o movimento que deflagrou, em 1953, a “greve dos 300 mil” em São Paulo, cujas reivindicações principais foram o aumento de salário e a redução do custo de vida (MOISÉS, 1978). O SMSP participou da movimentação grevista na capital paulista nos anos seguintes, que culminou com a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1963, os metalúrgicos participaram da “greve dos 700 mil”, que paralisou diversos setores operários, entre eles o têxtil, o de sapatos, o químico, o de papel e papelão, o gráfico e o alimentício. Entre as principais reivindicações da “greve dos 700 mil”, encontravam-se aquelas voltadas para a organização dos trabalhadores: a unificação da data-base dos acordos coletivos de todas as categorias, a instituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) como instância negociadora com o patronato, o reajuste quadrimestral de salários e a liberdade de organização sindical nos locais de trabalho. Contudo, como afirmam *Leite e Solis* (1978), os metalúrgicos — como de resto as demais categorias que participaram daquela greve — estariam mobilizados por conta do quadro inflacionário e em defesa das reivindicações imediatas, apesar de a unificação do movimento sindical ter sido também um importante motivador. Outro limite, destacado por aqueles estudiosos, é o legalismo das lideranças que, apesar de lutarem por uma reivindicação que ultrapassava os limites da estrutura sindical — questão que não deve ser desconsiderada —, não estiveram articuladas à organização das bases, o que teria levado ao fracasso a reivindicação política do movimento.

A ausência de pesquisas sobre a atuação das lideranças sindicais metalúrgicas no pré-64 não nos permite avaliar o quanto, de fato, elas estiveram envolvidas na luta política mais geral. Enquanto alguns autores procuram ressaltar a atuação dos comunistas na liderança do SMSP (NOGUEIRA, 1997), há outros que mostram que, a despeito da

---

(5) No período 1947-1948, o governo Dutra interveio em inúmeros sindicatos, ao estabelecer uma política de confrontação com os comunistas (TELLES, 1962).

presença de comunistas e socialistas, o SMSP apoiou o Movimento de Renovação Sindical (MARTINS, 1989) — movimento de natureza anticomunista, cujo lema era “menos política, mais sindicalismo”. Este movimento opunha-se aos sindicalistas “amarelos” e aos “vermelhos” e estava vinculado politicamente ao janismo<sup>(6)</sup>.

Destacam-se, até este período, algumas características do sindicalismo metalúrgico de São Paulo: até 1951, o SMSP representou o típico sindicato pelego, dando apoio ao populismo e boicotando a maioria das lutas econômicas imediatas dos metalúrgicos. De 1951 até 1964, com a presença de lideranças comunistas na direção, o SMSP procurou ativar a luta reivindicativa; contudo, não ultrapassou — como de resto todo o movimento sindical no período — os limites do sindicalismo oficial. O crescimento do setor metalúrgico paulistano, a partir das décadas de 1950 e de 1960, a instalação de algumas grandes empresas na capital e o incremento de mão de obra ativaram os metalúrgicos nas fábricas e o SMSP ascendeu na luta reivindicativa<sup>(7)</sup>. Mas, após o golpe militar, o SMSP voltou à retaguarda, transformou-se em um dos principais expoentes do peleguismo e em uma das principais bases de apoio dos governos militares.

Entre as lideranças sindicais que se destacaram naquele período estavam Ary Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Antônio Pereira Magaldi, então presidente da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo e o interventor no SMSP, Joaquim dos Santos Andrade<sup>(8)</sup>. Afinadas com o regime militar, estas lideranças exemplificam o peleguismo declarado, ou seja, um tipo de gestão sindical que se coloca, sem contestação, no terreno governista e que tem como propósito reprimir as eventuais correntes reformistas ou revolucionárias no interior do movimento sindical.

A trajetória de Joaquim dos Santos Andrade no SMSP é, pois, expressão do governismo. Iniciou-a em 1964, com a ajuda da repressão policial e das verbas do Ministério do Trabalho<sup>(9)</sup>. Interventor em 1964, Joaquinão foi eleito em 1965 e reeleito nos pleitos que ocorreram nas duas décadas seguintes: 1967, 1969, 1972, 1975, 1978, 1981 e 1984 (SADER, 1988). Foram 20 anos no poder, durante os quais o SMSP foi reduzido a um órgão de repressão política e de conciliação com a ditadura militar. O SMSP transformou-se num órgão de delação e de prestação de serviços assistenciais para a restrita base de associados que, então, garantia as vitórias eleitorais<sup>(10)</sup>. Além da repressão política,

---

(6) Nos estudos sobre as relações sindicais, há algumas palavras nativas, forjadas na luta prática, que acabaram sendo incorporadas à análise política. Este é o caso dos termos “pelego”, “sindicatos amarelos”, “sindicatos vermelhos”. O termo “pelego” era a expressão que os sindicalistas combativos utilizavam quando se referiam àquelas lideranças que, ao bajular os patrões, buscavam amortecer o conflito entre capital e trabalho. O termo “sindicatos amarelos” tem sua origem na França e na Alemanha e era utilizado para designar os sindicatos formados ou financiados pelos patrões com objetivos claramente divisionistas. No Brasil, tem o mesmo sentido político, embora designe sindicatos formados e afinados aos governos e cujas lideranças assumiam cargos na burocracia sindical (Ministério do Trabalho). Já os “vermelhos” eram aqueles sindicatos vinculados política e ideologicamente ao comunismo.

(7) Segundo dados do IBGE, em 1920 havia 509 indústrias metalúrgicas no país, que empregavam cerca de 14.146 trabalhadores. Em 1939, o número de estabelecimentos mais que duplica, chegando a 1.155 unidades. O número de metalúrgicos chega a 61.338 (MARTINS, 1989). Em 1975, o ramo metalúrgico era composto por 442.379 trabalhadores e, em 1980, por 531.729.

(8) Joaquim Andrade e Orlando Malvezi, vice-presidente do SMSP, eram participantes ativos do Movimento Sindical Democrático, vinculado ao Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL).

(9) Segundo Faria (1986), a primeira tarefa do grupo comandado por Joaquinão foi ajudar a polícia a localizar, nas empresas da capital, cerca de 1.800 delegados sindicais de orientação comunista.

(10) A política sindical assistencial foi construída com a ampliação da infraestrutura ambulatorial médica, dentária e da assistência jurídica, bem como a concessão de bolsas de estudos aos filhos dos associados e oferecimento de infraestrutura de lazer aos sócios.

praticamente cessaram as greves, pois o sindicato cerceava as iniciativas de reivindicação salarial<sup>(11)</sup>. As lideranças conservadoras do SMSP tiveram que enfrentar, entretanto, o movimento de oposição mais importante e organizado de sua história, o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP).

Como assinalou Sader (1988), desde o início da intervenção em 1965, a repressão no SMSP tinha gerado uma oposição que reunia simpatizantes da antiga diretoria casada e uma corrente que vinha se formando em torno da Juventude Operária Católica (JOC) — cuja concepção era crítica à estrutura sindical. No ano de 1967, formou-se uma chapa de oposição encabeçada por Waldemar Rossi, composta por uma dissidência do PCB, por setores católicos, por sindicalistas que haviam se desentendido com a diretoria e por pequenos grupos de esquerda. Nesse e nos dois pleitos seguintes (1969 e 1972), a oposição sindical metalúrgica voltou a ser derrotada pela situação. Em 1975, a repressão por parte da diretoria e a fragmentada luta no interior das fábricas dificultaram a proposição de uma chapa de oposição. Porém, em 1976, a oposição metalúrgica reorganizou-se, impulsionada pela experiência acumulada com as mobilizações nos locais de trabalho, particularmente nas grandes empresas<sup>(12)</sup>. Com a criação do jornal *Luta Sindical*, o MOMSP recrudescer a luta pela formação de comissões de fábrica e passou a explicitar seus objetivos políticos e ideológicos — entre eles a defesa da liberdade e autonomia sindicais. Naquela conjuntura, as condições materiais dos metalúrgicos paulistanos — agravadas com as perdas salariais produzidas pela política de arrocho salarial do governo militar e pelo despotismo patronal nas fábricas —, a fermentação política das oposições sindicais e do “novo sindicalismo” e o avanço do movimento de democratização política foram componentes que, de um lado, levaram ao avanço do MOMSP (SADER, 1988; NOGUEIRA, 1997; CARDOSO, 1999)<sup>(13)</sup>, mas, de outro, determinaram algumas mudanças de rota na direção política de Joaquinção. No plano doméstico, a direção de Joaquinção acabou sendo impelida a negociar com os grupos grevistas e, no plano mais geral, a fazer novas alianças no interior do sindicalismo de direita. Foi, portanto, nesta conjuntura de rearticulação do sindicalismo de direita que Medeiros assumiu a direção do SMSP. Egresso do PCB, em 1980, e membro da diretoria, desde 1981, Medeiros levaria para o SMSP essa dupla determinação: fora um quadro do PCB e conhecia tanto o trabalho com a base metalúrgica, quanto as artimanhas da estrutura oficial. Medeiros chegou à presidência com uma concepção sindical que combinava, nos mesmos moldes do *tradeunionismo* de tipo norte-americano, uma atuação conservadora no plano político a uma prática reivindicativa no plano econômico<sup>(14)</sup>.

---

(11) Segundo Martins (1989), as raras greves de metalúrgicos deflagradas, no período da ditadura militar, tinham as mesmas características: greves por empresa, geralmente motivadas por atraso no pagamento de salários e ocorriam em pequenas ou médias empresas, cujos problemas financeiros eram crônicos e os conflitos com trabalhadores eram recorrentes.

(12) Era sempre com muita dificuldade, e sob forte repressão, que o movimento de oposição se estruturava. Um exemplo foi a paralisação na empresa Villares em 1973. Por vários dias os operários realizaram paralisações de 20 minutos, em horários alternados, e uma operação tartaruga. O resultado do confronto foi um aumento salarial de 24%, parcelado em três anos, mas também a demissão de muitos ativistas (SADER, 1988).

(13) A despeito das dificuldades de romper com o esquema de controle e de delação arquitetados pelo SMSP, o MOMSP avançou no interior das fábricas e organizou as históricas greves de 1978 e 1979.

(14) O *tradeunionismo* de tipo norte-americano é uma corrente sindical que ascendeu na política estadunidense no final do século XIX por meio da *American Federation of Labor* (AFL). As lideranças da AFL defendiam que o sindicalismo deveria se restringir à luta econômica, à negociação direta com o patronato. A estratégia de conquista salarial dominante da AFL era a

### *1.1. Rumo à mobilização — ação grevista e reivindicativa do “sindicalismo de resultados”*

À frente do SMSP, Medeiros tratou de combater o avanço do MOMSP em São Paulo e, na luta mais geral, o crescimento da CUT. Para tanto, foi preciso diferenciar sua direção daquela empreendida por Joaquinção, aproximar-se da base e acrescentar novas formas de organização e de luta dentro do sindicato. As sucessivas gestões de Joaquinção (1965-1986) limitaram a negociação salarial aos períodos da data-base, após negociações de cúpula com o patronato (RENNER, 2002). A maioria das greves que ocorreram no período foi deflagrada pela oposição e, quando muito, o sindicato assumia a negociação de algumas delas. No plano organizativo, o SMSP funcionava dentro do conhecido esquema assistencial, restrito a uma pequena base de associados, dentre eles os aposentados, que usufruía os serviços assistenciais de saúde, lazer e assistência jurídica (MORAES, 1986).

Ao assumir a direção do SMSP, Medeiros imprimiu algumas mudanças tanto na forma de luta, quanto na organização dos metalúrgicos. O sindicato passou a realizar campanhas de sindicalização e aumentou, em apenas um ano, seu quadro associativo em 20 mil novos sócios — de 60.000 para 80.000 filiados. Colocou em prática uma nova estratégia de organização, desta feita para formar o que ele próprio chamou de “nossa tropa”. Com o intuito de aproximar o sindicato dos trabalhadores nos locais de trabalho e de ocupar os espaços — até então território, e sob influência, do MOMSP —, o sindicato passou a formar, no Sítio de Mogi das Cruzes, novos delegados sindicais. Em seu primeiro ano de mandato, Medeiros teria formado 3.000 novos representantes do sindicato e, em 1991, este número chegaria a 6.000 (CARDOSO, 1999). A divisão da cidade em zonas de atuação também permitiu, além de um controle maior sobre as pequenas e médias empresas, uma aproximação da base, por meio da mobilização, fábrica por fábrica. Outro recurso inovador foi a realização de assembleias, passeatas, mobilizações e piquetes em portas de fábrica que contavam com cada vez mais trabalhadores (TRÓPIA, 2009). Além de reformar as estratégias de organização sindical, o SMSP incrementou a prática grevista.

Os números de greves e de jornadas não trabalhadas na cidade de São Paulo mostram o contraste entre a atuação sindical na gestão Joaquinção, 1983-1985, e a atuação do sindicato na gestão Medeiros, 1986-1989 (Tabela I). Mais ainda, se fizermos uma comparação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, as greves na cidade de São Paulo, no período 1986-1987, ultrapassam em número as greves deflagradas no principal reduto cutista. Enquanto no biênio 1986-1987 os metalúrgicos de São Paulo deflagraram 216 e 118 greves, respectivamente, o sindicato de São Bernardo realizou 89 e 49 paralisações (RENNER, 2002). No biênio 1988-1989, o SMSP chegou a ultrapassar São Bernardo em número de jornadas não trabalhadas (CARDOSO, 1999).

---

barganha, o que fez com que a Federação se tornasse ativa e reivindicativa, muitas vezes violenta, apesar das greves serem curtas, por empresa e deflagradas na forma de boicote ao patronato (ASKOLDOVA, 1981). No plano político, a Federação assumiu uma posição política conservadora, ao combater a constituição de um sindicalismo de massa, o avanço do movimento socialista e a criação de um partido de trabalhadores nos Estados Unidos (GUERIN, 1977).

**Tabela I**  
**Metalúrgicos de São Paulo, segundo número de greves, de greves por empresa e média de jornadas não trabalhadas (1983-1989)**

Ano	Número de greves	Greve por empresa (em números absolutos e %)	Média de jornadas não trabalhadas
1983	34	33 (97,1%)	2.311,61
1984	76	74 (97,4%)	1.618,94
1985	45	44 (97,8%)	2.418,95
1986	216	216 (100%)	3.255,57
1987	118	118 (100%)	2.949,80
1988	63	62 (98,4%)	2.457,70
1989	456	451 (99,1%)	3.164,96
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>998 (99%)</b>	<b>2.596,75</b>

Fonte: Nepp/Unicamp, tabulações especiais (CARDOSO, 1999: 157).

No período 1983-1985, foram deflagradas, em média, 51 greves, contra 213 da gestão de Medeiros. Em 1986, foram realizadas 216 paralisações, número superior à soma dos três últimos anos da gestão de Joaquinção. Se colocarmos o foco de nossa atenção apenas no ano de 1989, veremos que o SMSP realizou 456 paralisações — um número que intriga quando analisado retrospectivamente. O crescimento no número de jornadas não trabalhadas, durante a gestão de Medeiros, mostra também que ele foi mais mobilizador do que Joaquinção — feito possível graças à ampliação da estrutura do SMSP e da “tropa” de delegados sindicais. O intuito era expandir os resultados da convenção coletiva para aquelas empresas, médias e pequenas, tradicionalmente refratárias à negociação. Seu maior trunfo foi aproximar o sindicato da “peãozada” e legitimar uma prática sindical caracterizada pela mobilização para a luta meramente salarial.

Muito embora fosse mais orgânica, a nova direção manteve as greves no varejo como tática predominante, como mostrou a tabela acima. No biênio 1986-1987, todas as 334 greves realizadas pelo SMSP foram por empresa. A pulverização da luta grevista era a opção defendida pelo SMSP e, neste sentido, o limite dentro do qual a luta sindical foi construída naquela conjuntura<sup>(15)</sup>. Além de ser um limite político ideológico — na medida em que marcava o caráter corporativista e conservador do SMSP —, a prática dominante da greve por fábrica também tinha resultados restritos. Embora o SMSP tenha se tornado um sindicato ativo, os resultados das “badaladas” negociações eram limitados em geral às grandes e médias empresas. Vejamos o porquê.

A estrutura industrial metalúrgica na cidade de São Paulo era tradicionalmente dispersa. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que, em 1989, 78% das empresas metalúrgicas de São Paulo eram de pequeno porte (até 49 empregados), 16% de médio porte e apenas 1,5% delas tinha mais do que 500 empregados. Mostram também que as pequenas empresas eram responsáveis por apenas 18,5% do total de empregos, como mostra a tabela abaixo (Tabela II). A maior concentração de metalúr-

(15) As greves de categoria ou gerais eram, em geral, combatidas e concebidas como último recurso. Por sua vez, a greve isolada, baseada em reivindicações localizadas, permitia o controle sobre os trabalhadores.

gicos encontrava-se nas empresas de médio porte, entre 50 e 499 trabalhadores, que correspondem a 45,5% do total, seguido das grandes empresas, que empregavam 36% da força de trabalho. Pois bem, se supusermos que a greve por empresa era a condição para que os metalúrgicos das médias e pequenas empresas fossem beneficiados com os acordos negociados, principalmente fora da data-base, teria sido necessário paralisar milhares delas para garantir as mesmas reivindicações conquistadas. Não foi este o caso. No ano de maior atividade grevista, em 1989, foram realizadas 451 paralisações por empresa, em um universo de 7.824 estabelecimentos. Além disso, os rendimentos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas não conseguiram acompanhar, na mesma proporção, os rendimentos dos trabalhadores das grandes empresas, aprofundando assim a hierarquia salarial (RENNER, 2002).

**Tabela II**  
**Número de estabelecimentos do setor metalúrgico e de trabalhadores, por tamanho do estabelecimento, em 1989 — Município de São Paulo**

Tamanho do estabelecimento	Número de estabelecimentos	% de estab.	Número de trabalhadores	% de trab.
Sem empregados	345	4,5	—	—
Até 49	6.083	78	74.945	18,5
De 50 a 499	1.263	16	185.277	45,5
Acima de 500	133	1,5	146.035	36
<b>Total</b>	<b>7.824</b>	<b>100</b>	<b>406.257</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

Para avançar a regulamentação das conquistas para os trabalhadores das pequenas e médias empresas, o SMSP teria que superar a luta economicista que caracterizava o “sindicalismo de resultados” e organizar os trabalhadores para ações mais amplas, como greves mais longas e ações políticas progressivas. Não foram estas, contudo, as opções daquela corrente sindical.

O SMSP acrescentou às negociações “com quem decide” a mobilização fábrica por fábrica, incrementou as greves por empresas, aumentou o número de filiados, formou inúmeros delegados sindicais e passou a ocupar os espaços da oposição metalúrgica. Rompeu, assim, o isolamento que caracterizara a gestão de Joaquinão. Mas o “sindicalismo de resultados” não propunha a organização política e autônoma dos trabalhadores. Ao contrário, estava comprometido com um modelo, segundo o qual apenas a aliança entre capital e trabalho traria resultados e benefícios aos trabalhadores. Diferentemente do sindicalismo combativo da CUT, defendia a conciliação entre capital e trabalho, bem como a “identidade” de interesses entre trabalhadores e o patronato. Explicitava, portanto, no plano político, sua opção conservadora.

## **2. O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO — CONSOLIDAÇÃO DA LUTA REIVINDICATIVA NOS ANOS 90**

A política neoliberal suscita, para dizer algo breve, reações muito heterogêneas das classes e frações de classes em presença no processo político. No interior do bloco no poder,

ela desencadeia alianças, impõe recuos, realiza interesses que não podem satisfazer ao conjunto das classes dominantes, na medida em que ao garantir interesses imediatos de uma das frações dominantes, frustra interesses de outras. A política de abertura e de juros altos, por exemplo, fere certos interesses do capital industrial, inclusive dos grandes grupos desse setor, mas interessa às multinacionais, ao capital financeiro internacional e aos bancos brasileiros. O capital industrial, na medida em que é afetado por aquelas políticas, procura pressionar e defender outras reformas, entre as quais a desregulamentação das relações de trabalho, a redução dos direitos sociais, a privatização das empresas e dos serviços públicos. Mas a principal resposta prática do capital industrial às perdas — que têm acumulado com a política de abertura e de juros — tem sido a demissão dos trabalhadores, ou seja, o desemprego. Neste sentido, aquilo que interessa sobremaneira ao capital industrial — a desregulamentação dos direitos trabalhistas (em particular da jornada e do contrato de trabalho, que facilitam a demissão, a contratação precária e provisória), bem como a redução de encargos sociais — é, inversamente, o principal aspecto que afeta negativamente os operários (BOITO JR., 1999).

No campo das classes dominadas também ocorrem clivagens, pois o neoliberalismo não afeta o conjunto dos trabalhadores da mesma forma. A forma como os trabalhadores são atingidos e a intensidade das perdas sofridas variam. Elas variam segundo o setor econômico em questão — público e privado —, as frações das classes dominadas em pauta — operariado urbano, segmentos da classe média, assalariados rurais — e na proporção dos benefícios aos quais os trabalhadores fazem jus. Varia também a capacidade de resposta ao impacto do neoliberalismo. Interessa-nos destacar, neste momento, que a implantação do neoliberalismo no Brasil agravou as condições econômicas e sociais da grande maioria dos trabalhadores. A política de juros altos e a contenção do crescimento econômico, a drástica redução das tarifas alfandegárias, a privatização dos serviços públicos, a redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais compuseram os principais eixos da política econômica e social neoliberal, os quais têm concentrado a renda, degradado o emprego e gerado a queda dos salários. Além disso, o modelo populista e desenvolvimentista que concedeu direitos e benefícios, ainda que restritos e gradativos, aos trabalhadores, principalmente aos urbanos, era desmontado. A ideologia neoliberal procurou atacar os direitos dos trabalhadores do setor público responsabilizando-os pela crise econômica e pelas disparidades sociais. Procurou instigar o conflito entre trabalhadores do setor público e privado e ocultar que, com tais políticas, todos perderiam direitos.

Tentaremos mostrar, doravante, que o operariado metalúrgico de São Paulo foi especialmente afetado pela política econômica neoliberal, em especial pela abertura econômica. Embora tenha respondido aos “constrangimentos econômicos” derivados da política de abertura econômica com ações reivindicativas, o SMSP acabou por apoiar os demais eixos da plataforma neoliberal — o que poderíamos, metaforicamente, chamar de um “tiro no próprio pé”, na medida em que tais propostas foram não apenas insuficientes para reverter o quadro do desemprego, como contribuíram para aprofundá-lo.

O desemprego constitui um dos efeitos mais perversos da política neoliberal. Em 1999, o Brasil passou a ocupar a 3ª posição no *ranking* do desemprego mundial. Alcançou a cifra de 7 milhões de pessoas em 1998, enquanto na década de 1980, o volume de

desempregados não superava a cifra de 2 milhões de pessoas. A situação socioeconômica da capital de São Paulo, que já havia se ressentido com as crises econômicas dos anos 80 e com a reestruturação produtiva levada a efeito pelas grandes empresas, tornou-se especialmente dramática. A indústria da transformação no estado de São Paulo perdeu 5.282 estabelecimentos, 16,5% do total, entre 1990 e 2000 (Tabela III). A queda no número de empresas foi constante, mas especialmente acentuada no biênio 1992-1993 e após 1998. No setor metalúrgico da cidade de São Paulo, o processo de desindustrialização também acompanhou a trajetória da indústria de transformação.

**Tabela III**  
**Número de estabelecimentos na indústria da transformação e no setor metalúrgico, no período 1990-2000 — Município de São Paulo**

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var. %
Ind. da transf.	31.410	31.170	28.831	27.822	29.034	30.483	29.308	28.892	27.382	26.529	26.229	- 16,5%
Setor metal.	7.791	7.765	7.190	6.791	7.407	7.718	7.578	7.420	7.115	6.982	6.863	- 12%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

O que tornou a desindustrialização no setor metalúrgico um fenômeno especialmente grave foi a sua ocorrência nas médias e nas grandes empresas da capital paulista, exatamente nas empresas que tradicionalmente empregavam a maioria dos metalúrgicos. Veremos, adiante, que o SMSP teve que intensificar a mobilização com campanhas, passeatas e greves contra o fechamento de importantes empresas em sua base, bem como contra a transferência de algumas delas para outros Estados, cujo caso mais notório foi o da Ford, em 1999. Por ora, acompanhem os números indicados na tabela abaixo (Tabela IV). Verifica-se que o número de estabelecimentos de pequeno porte teve uma pequena retração na década. A partir de 1990, há uma queda constante, mas estável, até 1993: são fechados 746 estabelecimentos. A partir de 1994, este fenômeno se inverte: o número de pequenas empresas volta a crescer até 1995, quando, então, há novo declínio. Houve, objetivamente, uma redução de 5,5% no número de pequenas empresas. Queda mais acentuada ocorreu, contudo, nas empresas de médio e grande porte na cidade de São Paulo.

**Tabela IV**  
**Número de estabelecimentos no setor metalúrgico, por tamanho do estabelecimento, no período 1990-2000, Município de São Paulo**

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Var. %
Sem empregados	374	511	578	422	433	496	529	446	471	438	383	
Até 49	6.230	6.127	5.679	5.484	6.039	6.382	6.252	6.273	6.088	5.978	5.898	- 5,5%
De 50 até 499	1093	1038	866	825	871	784	749	653	527	536	548	- 50%
Acima de 500	94	89	67	60	64	56	48	48	29	30	34	- 64%
Total	7.791	7.765	7.190	6.791	7.407	7.718	7.578	7.420	7.115	6.982	6.863	- 12%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

Ao tomarmos o número de estabelecimentos de médio (entre 50 e 499 trabalhadores) e de grande porte (acima de 500 trabalhadores), observamos uma drástica redução. Metade das empresas de médio porte desapareceu da cidade de São Paulo, enquanto as grandes empresas tiveram uma redução ainda maior: 64% (caíram de 94 para 34). Se considerarmos que a maioria relativa dos metalúrgicos trabalhava em empresas de médio porte, podemos, de antemão, vislumbrar o impacto da desindustrialização sobre o emprego. Os dados mostram que, na década primeira neoliberal, se acentuou a dispersão industrial na cidade de São Paulo: as indústrias de grande porte, que empregavam cerca de 36,5% da força de trabalho metalúrgica em 1990, passam a ser responsáveis por apenas 19% em 2000 (Tabela V). No que diz respeito às empresas de médio porte, ao final da década, não houve mudança, pois 43,5% dos metalúrgicos continuam trabalhando nessas empresas. As pequenas empresas que respondiam por apenas 20,5% dos trabalhadores, em 1990, passaram a ocupar 37,5% da força de trabalho metalúrgica, em 2000. Este fenômeno não é nada desprezível. Estes dados mostram que o perfil industrial paulistano se tornou, após a primeira década neoliberal, ainda mais disperso.

Não dispomos de indicadores precisos sobre o padrão de mudança ocorrida no setor metalúrgico paulistano: quantas indústrias foram fechadas?; quantas foram abertas? É contudo plausível supor que, além do fechamento de muitas delas, a redução do número de funcionários tenha alterado o enquadramento das empresas junto ao Ministério do Trabalho — de onde estes dados foram levantados. Assim, algumas empresas de grande porte podem ter se tornado de médio porte, enquanto outras de médio porte podem ter sido enquadradas como de pequeno porte. O que nos interessa, todavia, é indagar: como tais mudanças afetaram os metalúrgicos?

**Tabela V**  
**Número e porcentagem de metalúrgicos, por tamanho do estabelecimento**  
**— Município de São Paulo**

	1990	1995	2000	Varição 1990-2000
Até 49	71.750	64.722	59.677	- 12.073
	20,5%	29%	37,5%	- 17%
De 50 a 499	151.318	102.782	68.817	- 82.501
	43%	46%	43,5%	- 55%
Acima de 500	129.383	54.606	30.260	- 99.123
	36,5%	24,5%	19%	- 77%
<b>Total</b>	<b>352.451</b>	<b>222.110</b>	<b>158.754</b>	<b>- 193.697</b>
	100%	100%	100%	- 55%

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

O resultado deste processo de desindustrialização foi a explosão do desemprego. Se na cidade de São Paulo os números já eram elevados, no setor metalúrgico a situação

ficou especialmente dramática. Neste setor foram perdidos 193.697 empregos no período 1990-2000. Houve uma variação negativa de 55%. Somente no biênio 1990-92 foram perdidos 104.002 empregos. Em 1993, houve uma pequena recuperação, quando foram criados 45.886 novos empregos. Mas, até o final da década, houve queda constante no nível de emprego<sup>(16)</sup>. As empresas de grande porte demitiram 99.123 trabalhadores ao longo da década: 77% do total dos demitidos. Este dado, além de devastador, indica outro fenômeno: a tendência à precarização do emprego, já que as condições de trabalho nas médias e pequenas empresas são relativamente mais precárias (os salários tendem a ser mais baixos e as condições de trabalho piores; o trabalhador das pequenas empresas vive, no cotidiano, a pressão patronal e ocorrem muitas irregularidades trabalhistas).

Outro agravante das políticas neoliberais foi a queda na renda do trabalho. Os dados que levantamos sobre a remuneração média anual dos trabalhadores representados pelo SMSP (indústria metalúrgica, mecânica, material elétrico e comunicação e material de transporte) mostram que a média salarial deles, em 1985, era de 5,64 salários mínimos (SM) (Tabela VI). Em 1990, esta média passou para 8,08 SM e, em 1994, subiu para 9,51 SM. A partir de então, iniciou-se uma trajetória de queda e, em 2000, a remuneração dos trabalhadores chegou ao patamar de 7,66 SM. A deterioração dos rendimentos dos metalúrgicos também ficou evidente quando analisamos a queda na proporção de trabalhadores que, no período 1990-2000, ganhavam entre 5 a 10 SM (de 24 para 20%) e acima de 10 SM (de 31 para 27,5%).

**Tabela VI**  
**Remuneração média anual em salários mínimos (SM), por subsetor metalúrgico**  
**— Município de São Paulo**

	1985	1990	1994	1995	2000
Metalúrgica	4,6	6,62	7,23	7,03	5,86
Mecânica	6,41	8,79	11,30	10,81	8,88
Material elétrico e comunicação	6,15	8,50	10,58	10,82	8,54
Material de transporte	5,99	8,87	10,28	10,50	8,33
<b>Total geral</b>	<b>5,64</b>	<b>8,08</b>	<b>9,51</b>	<b>9,40</b>	<b>7,66</b>

Fonte: RAIS/Mtb. SGTinternet. Elaboração própria.

Diante deste quadro e dos constrangimentos econômicos gerados por ele, indagamos: como reagiu o SMSP no plano reivindicativo?

Relativamente ao final da década de 1980, a mobilização grevista do SMSP perdeu intensidade, mas permaneceu um instrumento recorrente na luta reivindicativa. No período 1991-1999, os metalúrgicos realizaram, em números absolutos, 593 greves. Foram em média 65,8 paralisações ao ano (Tabela VII). O triênio 1994-1996 foi o período de maior ativismo grevista. Neste período ocorreu a maioria das greves, entre elas a única

(16) No triênio 1990-1992, a recessão elevou o patamar do desemprego na cidade de São Paulo de 10,3%, em 1990, para 15,2%, em 1992. No triênio 1993-1995, o patamar do desemprego decresceu 2%, alcançando a 13,2% da PEA paulista, em 1995. Em 1999, o desemprego voltou a crescer e atingiu o maior patamar da década: 19,3%, o equivalente a 1.715.000 de trabalhadores desempregados.

greve geral que contou, na década de 1990, com a participação do SMSP e da Força Sindical. Este incremento grevista foi condicionado por alguns fatores: pela escalada do desemprego, pela mudança na estratégia da FIESP, que passou, a partir de 1993, a negociar com o SMSP acordos setoriais, e, sobretudo, pelas perdas ocasionadas pelo Plano Real, em 1994<sup>(17)</sup>. A partir de 1997, seguindo a tendência nacional, o número de greves de metalúrgicos na capital de São Paulo declinou (DIEESE, 1998).

**Tabela VII**  
**Greves de metalúrgicos de São Paulo, segundo tipo da greve (1991-99)**

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Greve por empresa	73	21	30	97	115	118	53	32	37	578
Greve por grupo de empresa	—			1	4	1	1			7
Greve por categoria	1	1	—	2	2	—	—	1	2	9
Greve geral						1				
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>121</b>	<b>120</b>	<b>54</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>593</b>

Fonte: Boletim DIEESE (1991-1999). Elaboração própria.

Do total de greves deflagradas pelo SMSP no período 1991-1999, 97,5% foram greves por empresa, 1,2% por grupos de empresa e 1,5% de categoria. As negociações no varejo, ou seja, empresa por empresa, continuaram sendo a estratégia prioritária do SMSP. Mas, por conta do desmonte de parte do parque industrial paulistano e do desemprego, novas estratégias de luta e de mobilização passaram a ser praticadas. Muito embora a estratégia de greves por empresa tenha predominado, o SMSP passou a organizar greves de categoria ao longo do período. Foram nove greves da categoria metalúrgica, algumas envolvendo todo o estado de São Paulo. Além delas houve a inédita participação do SMSP na greve geral de 1996. O sindicato também intensificou a realização de campanhas unificadas com outras categorias — no primeiro momento, com aquelas que eram filiadas à Força Sindical, mas, a partir do ano 2000, também com a CUT. Acompanhem, com mais acuidade, estes episódios sob a direção política da Força Sindical.

Em outubro de 1991, os metalúrgicos realizaram uma greve por aumento salarial e estabilidade no emprego. A greve ocorreu entre os dias 29 e 31, durante a data-base. As reivindicações principais foram: reajuste salarial de 70%, reposição de 84,2% referente a março de 1990 e 30% de aumento real<sup>(18)</sup>. No início de 1992, o crescimento do desemprego e o fechamento de algumas indústrias voltaram a mobilizar os metalúrgicos paulistanos. Em fevereiro, o SMSP deflagrou uma greve da categoria em protesto pelo não

(17) A partir de 1993, o SMSP passou a negociar com cinco setores da FIESP (automotivo, máquinas, esquadrias, fundição e lâmpadas). Segundo o sindicato, “a estratégia seria tentar arrancar mais dos grupos da FIESP em negociações isoladas” (CATEGORIA DISCUTE..., 1993).

(18) A primeira proposta do grupo 19 da FIESP, reajuste de 54% parcelado, foi recusada pelos metalúrgicos que entraram com pedido de dissídio coletivo no TRT. A proposta de conciliação do TRT, de 78,48%, foi rejeitada pelo grupo 19 da FIESP. Diante do impasse, o setor patronal apresenta uma contraproposta de 80%, em duas parcelas, novamente rejeitada pela categoria. O TRT julgou a greve não abusiva, determinou um reajuste salarial de 113% e estabilidade de 120 dias. Diante disso, os metalúrgicos retornaram ao trabalho. Após o término da greve, a FIESP recorreu ao TRT, que concedeu uma liminar favorável a ela, determinando um reajuste de 75,58% sobre os salários de out. de 1991. Em negociação posterior por intermédio do TRT ficou acordado um reajuste de 100% sobre outubro de 1991 e estabilidade de 90 dias.

cumprimento do acordo firmado no final de 1991. Para incrementar a luta, o sindicato unificou a campanha “*Defenda seu emprego. Pare!*” com os metalúrgicos de Guarulhos e de Osasco. As principais reivindicações diziam respeito à estabilidade no emprego por 180 dias e aumento salarial. Em troca, o sindicato propunha a flexibilização da jornada de trabalho com variação salarial — “embrião” do “banco de horas”. A mobilização para a greve foi intensa e contou com a estrutura das subseções do sindicato para organizar a categoria. A greve ganhou as ruas de São Paulo com uma marcha dos metalúrgicos pelo centro até a sede da FIESP, onde se realizou uma manifestação com cerca de 15 mil metalúrgicos. O sindicato conseguiu negociar parte das reivindicações. No acordo fechado com a FIESP, os metalúrgicos teriam estabilidade até o final de março — cerca de 45 dias — e reposição salarial de 20%, para os trabalhadores que ganhavam até 3 SM, e de 17% para os demais.

O ano de 1994 marca a retomada de campanhas e reivindicações voltadas para a defesa do salário e do emprego. Foram realizadas duas greves de categoria: a primeira, em março, também partiu de uma campanha unificada com os sindicatos de Guarulhos e Osasco, em protesto contra a conversão dos salários para URV pela média. Foram realizadas 43 passeatas na capital, um ato no Largo Santo Amaro, envolvendo 3.000 metalúrgicos, e outro em Osasco, com a presença de 6.000 metalúrgicos. A segunda greve daquele ano ocorreu na data-base, em outubro. Aproximadamente 120 mil metalúrgicos vinculados à Força Sindical paralisaram suas atividades em defesa da estabilidade no emprego, em protesto contra o aumento nas demissões, por reajuste salarial, reposição mensal e piso salarial único. Esta greve foi batizada de “greve andorinha”, pois a estratégia utilizada foi paralisar cada região do estado durante 24 horas, por 5 dias consecutivos. A mobilização para esta greve envolveu 200 carros de som, uma carreta, 2 milhões de boletins, 200 mil cartazes, 500 mil adesivos, 1.000 ‘piqueteiros’ e até um helicóptero, segundo dados divulgados pelo próprio sindicato. O resultado da primeira greve de categoria depois do Plano Real foi significativo: o SMSP conseguiu obter reajustes acima da política salarial do governo. Este feito nos ajuda a compreender, ao menos em parte, o impacto ideológico da estabilização do Plano Real sobre aqueles trabalhadores.

Em fevereiro de 1995, no início do governo FHC, os metalúrgicos fizeram uma greve curta, “de advertência”, contra as propostas de extinção da aposentadoria por tempo de serviço e de mudanças no FGTS — então apresentadas pelo governo recém-eleito. Apesar de curta, esta greve tem um interesse especial, na medida em que partiu de uma reivindicação política — a manutenção de alguns direitos trabalhistas conquistados na Constituição de 1988, ameaçados com a proposta de Reforma da Previdência — e de um protesto contra o aumento salarial concedido pelo Congresso aos parlamentares, ao presidente e aos ministros. O anúncio de aumento de salário do Executivo e Legislativo federal motivou uma forte reação por parte das lideranças do SMSP, que organizaram um protesto e moveram uma ação popular contra essa medida. As passeatas organizadas pelo sindicato também pretendiam abrir o diálogo com o governo sobre a reforma constitucional. O SMSP propôs, de um lado, a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço, da aposentadoria por idade (respeitando a diferença entre homens e mulheres) e da aposentadoria especial por insalubridade e periculosidade. De outro, defendeu o fim da aposentadoria integral do setor público e a extinção da aposentadoria especial dos

parlamentares, iniciando assim uma campanha mais direta pelo desmonte dos direitos dos trabalhadores do setor público.

No final de 1995, os metalúrgicos de São Paulo realizaram uma paralisação na data-base. A pauta de reivindicações daquele ano incluiu reajuste salarial de 26,79% e estabilidade no emprego. Destacava-se nesta campanha salarial, a mobilização iniciada pelo SMSP desde o mês de agosto. Segundo informações divulgadas pelo sindicato, reuniões nas subsedes e assembleias com delegados sindicais foram realizadas até a deflagração da greve. No dia 8, a greve foi julgada não abusiva pelo TRT, que concedeu 26,79% de reajuste e 90 dias de estabilidade. Houve negociação com setores da FIESP, mas, diante da recusa do Sindipeças em aceitar a proposta e do recurso impetrado no TST contra o aumento salarial, os metalúrgicos de São Paulo retomaram as greves no dia 30 de novembro, desta vez com paralisações por empresas. Os problemas enfrentados pelo SMSP nesta greve de categoria — recrudescimento da FIESP nas negociações, crescimento do desemprego ao patamar de 16% na cidade de São Paulo — tiveram, no nosso entender, consequências sobre a prática reivindicativa do SMSP, já que, doravante, o SMSP, mesmo com a estabilização da inflação, teria dificuldades ainda maiores em negociar seus acordos salariais. Mais agitador, mas nem por isso mais eficaz, os metalúrgicos passaram a sofrer os efeitos perversos da política que o SMSP apoiava.

A greve geral de 1996, convocada para o dia 21 de junho, como já dissemos, também contou com a participação do SMSP e da Força Sindical. O aumento do desemprego, que já vinha impulsionando a maioria das greves isoladas dos metalúrgicos, foi, mais uma vez, a principal motivação daquela paralisação. As críticas feitas pelas lideranças da Força Sindical à política econômica do governo FHC explicitaram que o apoio da central ao neoliberalismo não era incondicional. Paulo Pereira do Silva e Medeiros tornaram públicas suas insatisfações com a política de juros altos e com os efeitos da abertura econômica, cujo impacto sobre as empresas metalúrgicas da capital era significativo. As lideranças da Força Sindical chegaram a pedir a nacionalização de 70% das peças e o aumento da alíquota de importação de produtos para a indústria automobilística. Desta feita, o SMSP reagia a uma realidade iniludível: o fechamento de empresas e o crescimento no número de demissões — avaliadas por Paulinho em 33 mil metalúrgicos na cidade de São Paulo, desde o início do Plano Real. A greve geral colocou em pauta a luta pela reforma agrária, a necessidade de uma política de geração de empregos e de melhores salários, a luta por uma “aposentadoria digna” e pela manutenção dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores. Interessava ao SMSP incluir na pauta de reivindicações a concretização das Reformas, em particular a Administrativa e a da Previdência; mas, sob pena de desandar a aliança com a CUT, Medeiros e Paulinho recuaram. Contudo, não deixaram de defender, nas manifestações que fizeram no dia 21 de junho, a Reforma Administrativa e da Previdência, além do avanço do programa de privatizações.

A participação do SMSP na greve geral revelou que o apoio ao neoliberalismo não podia ser, e não foi, incondicional. Se, no início da década, Medeiros e Paulinho proferiram discursos entusiasmados com a “liberalização da economia” e condicionaram o desenvolvimento e a modernização do País à política de abertura, a partir de 1994, a dura realidade dos fatos exigiu que eles revissem sua posição inicial. Contudo, a crítica

à política da abertura, longe de significar um rompimento com o neoliberalismo, propunha — em consonância com os interesses da burguesia industrial paulista — o incremento da renúncia fiscal:

Para se fazer uma política de abertura séria, o governo deve primeiro rever os seus impostos internos, que encarecem os nossos produtos. Deve diminuir as taxas de juros, que também encarecem a nossa produção e desburocratizar a aplicação da lei *antidumping*. (...) estamos preparados para discutir o peso dos encargos sociais na folha de pagamento e o contrato coletivo de trabalho (IMPORTAÇÃO É..., 1994).

O SMSP passou, então, a fazer um apoio crítico ao neoliberalismo, na medida em que a abertura desregrada afetava sua base e, conseqüentemente, o número de filiados. Além de reivindicar aumento salarial para trabalhadores e aposentados, o sindicato pedia pequenas reformas na plataforma neoliberal: abertura controlada e redução de impostos para a indústria nacional. Pois bem, como tais críticas não implicavam no rompimento com o modelo neoliberal, o sindicato passou a pressionar e a apoiar, a partir de então, todas as iniciativas tomadas pelo governo FHC no sentido de desregular as relações de trabalho. O desemprego deveria ser combatido, no entender das lideranças, com políticas compensatórias e com medidas de geração de emprego que poderiam ser alcançadas com a flexibilização do contrato, da jornada de trabalho e da CLT. Além disso, participar da greve geral não significou, necessariamente, romper com o estilo defensivo de ação, tão tradicional ao SMSP. Ao menos é o que pode ser visto pelo tipo de participação do SMSP na greve, bem como pelo teor do panfleto distribuído pelo sindicato nos dias que antecederam a paralisação. Ao mesmo tempo que conclamava os trabalhadores a aderir à paralisação advertia, contudo, que não saíssem às ruas para qualquer ação de protesto:

Vamos parar e dizer um NÃO bem grande contra a falta de salários dignos e por um País mais justo. A greve é pacífica, mas evite sair de casa nesse dia. Os metalúrgicos desta vez vão contribuir, desta vez de braços cruzados, para dar um basta nesta situação e dar um novo rumo para o Brasil (VAMOS PARAR..., 1996).

Um novo enfrentamento com o governo ocorreu no mês de agosto de 1996, quando o SMSP organizou uma manifestação contra o fechamento de duas tradicionais empresas metalúrgicas da capital, a Sofunge e a Vicunha. A demissão de cerca de 2.800 metalúrgicos levou o sindicato para as ruas, bem como a ocupar o prédio do Ministério da Fazenda, num episódio bastante divulgado pela imprensa por conta das agressões sofridas por alguns diretores do sindicato. Os trabalhadores estavam mobilizados, segundo Paulinho, para reivindicar que o “governo, além de criar uma política de geração de empregos, idealize uma política compensatória aos trabalhadores no caso das demissões” (SINDICATO E TRABALHADORES..., 1996). O SMSP criticava e responsabilizava a política econômica — abertura indiscriminada e altas taxas de juros — pelo crescimento do desemprego. Apesar desta avaliação, o SMSP propunha, além de medidas protecionistas,

o incremento da desregulamentação das relações de trabalho. Ou seja, defendia a política mais perversa: diminuição da carga tributária para o capital industrial e desregulamentação para o trabalhador na indústria. Lembremos que, desde o início da década, o sindicato procurava implementar medidas voltadas à desregulamentação em sua base, como a flexibilização da jornada, em 1991, — um embrião do Banco de Horas —, a flexibilização do contrato de trabalho, em 1996, — um embrião do Contrato Temporário por Tempo Determinado que seria oficializado em 1998 — e a redução da jornada de trabalho para 40 horas, com redução de impostos e salários — oficializada por meio de acordos com algumas empresas, em 1997, e no acordo do Setor Automotivo, em 1998.

Os metalúrgicos continuaram mobilizados para fazer frente à política de abertura, mas, contraditoriamente, pressionavam o governo a realizar outras reformas. Um mês depois da greve geral de 1996, o presidente do SMSP previa um “festival de greves” até o mês de novembro, quando ocorreria a data-base. “Além da âncora cambial e dos juros altos, o governo quer manter a inflação baixa às custas do arrocho salarial”, dizia Paulinho (GREVE CONTRA..., 1996). A CUT e a Força Sindical ensaiaram ainda naquele ano uma campanha salarial unificada. O SMSP deflagrou a “greve canguru”, em princípio por regiões e depois por empresa. Na pauta constava: o aumento na alíquota de importação de autopeças, incentivo fiscal para exportadores (“*Proer para a indústria já!*” era a palavra de ordem nas manifestações) e ampliação do seguro-desemprego para 12 meses.

Em novembro de 1998, uma estratégia semelhante à greve andorinha foi utilizada pelo SMSP na campanha salarial. Foram realizadas diversas paralisações, chamadas pelo sindicato de “greves de advertência”, de duração curta, entre 1 e 3 horas, em diversas empresas, em dias diferenciados. Iniciada como greve de categoria, a paralisação acabou acontecendo de forma pulverizada e as negociações feitas empresa a empresa. As reivindicações incluíam reabertura das negociações, reajuste de 2,5 a 3% e renovação da convenção coletiva.

No final de 1999, o SMSP participou do “festival de greves” com a CUT, configurando, assim, uma tendência construída desde o início da década quando passou a fazer campanhas salariais unificadas com outros sindicatos de metalúrgicos. Desde 1991, São Paulo vinha negociando em conjunto com os metalúrgicos de Guarulhos e Osasco, e a partir de 1996, estendeu as campanhas unificadas para outras categorias. O “festival de greves” foi motivado pela ameaça de fechamento, e de transferência, da fábrica da Ford-Ipiranga para Camaçari, na Bahia. Teve como principal demanda o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho nas montadoras no País. Foram realizadas várias paralisações e mobilizações dos trabalhadores no estado (capital, ABC paulista, Vale do Paraíba, Indaiatuba, Sumaré) assim como nos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2001). O movimento foi, em parte, vitorioso, na medida em que, apesar da guerra fiscal e da transferência de parte da produção da Ford-Ipiranga para a Bahia, a fábrica situada na capital paulista não foi fechada. Em novembro de 2000, as duas centrais fariam, novamente, uma greve de advertência, confirmando assim a tendência de, ao menos no plano econômico, convergirem para algumas campanhas e reivindicações em torno do desemprego e do aumento salarial, apesar das divergências que surgiram em torno das estratégias de mobilização. Enquanto a CUT propunha greve geral, a Força

Sindical falava de greves localizadas por setor (DIVERGÊNCIA GERAL AFETA..., 2000). Em 2001, a “campanha unificada” envolveu 14 categorias e no primeiro semestre de 2002, entre sindicatos e federações, 20 categorias<sup>(19)</sup>.

Além desse ativismo grevista, o SMSP sedimentou algumas estratégias de mobilização de trabalhadores e aposentados. Protestos nas portas de fábrica, nas ruas da cidade de São Paulo, atos em frente da FIESP e órgãos do governo, passeatas e marchas à Brasília tornaram-se parte do cotidiano do sindicato. A partir de 1998, a comemoração do Dia do Trabalhador tornou-se um evento de natureza variada, com shows de artistas populares, sorteios de prêmios e “feira de serviços”. À parte o caráter espetacular que muitos destes “eventos sindicais” assumiram, não se deixou de manifestar a insatisfação com os efeitos da recessão, do desemprego e da situação dos aposentados brasileiros.

O jornal *O Metalúrgico*, órgão de divulgação do SMSP, mostra-nos o ímpeto reivindicativo daquele sindicato. Ao longo da década, o jornal divulgou mensalmente informações sobre as negociações com a FIESP, sobre as lutas e conquistas salariais dos metalúrgicos e as marchas à Brasília em defesa dos direitos dos aposentados (campanha dos 147%, aumento da aposentadoria), pela realização de políticas pelo emprego, pela redução da jornada de trabalho, pela criação de frentes de trabalho e pelo pagamento do FGTS<sup>(20)</sup>.

Apesar do ativismo no plano reivindicativo (aumento das greves e incremento da mobilização), as respostas do SMSP aos problemas políticos e econômicos mais gerais refletem uma atuação política que acabou limitando as parcas e precárias conquistas econômicas. O SMSP aceitou o diagnóstico neoliberal sobre o desemprego e apoiou a implementação de políticas de desregulamentação da jornada e do contrato de trabalho. O sindicato chegou a pressionar o governo a adotar algumas políticas de enfrentamento do desemprego que ultrapassavam a via da flexibilização, como o aumento do seguro desemprego, a criação de frentes de trabalho e a redução da jornada de trabalho. Mas, no geral, suas propostas de enfrentamento do desemprego acabaram representando um ‘tiro no próprio pé’ — o que pode ser concluído, inclusive, ao analisarmos as defensivas reivindicações dos metalúrgicos ao longo da década. Vejamos.

Estudiosos do tema têm apontado que houve, no Brasil, além de uma alteração no padrão das greves nos anos 1990, mudanças nas reivindicações. As greves por categoria perderam importância para as paralisações por empresas. O predomínio de greves por empresa, e, conseqüentemente, a pulverização das negociações, foi acompanhado, no que diz respeito às reivindicações, de uma plataforma de negociações progressivamente defensiva. As reivindicações salariais, dominantes na década de 1980, mantiveram sua importância, sobretudo, durante o período inflacionário, mas a partir de 1996 deixaram de ser a principal causa das greves brasileiras. Ao invés de reivindicar reajuste e reposição salarial, o principal embate das greves passou a ser o descumprimento de obrigações trabalhistas por parte do empresariado, o que levou os trabalhadores brasileiros a uma situação defensiva: lutar para manter direitos adquiridos ou acordados<sup>(21)</sup>. Muitos fatores

---

(19) A Campanha Unificada envolveu 14 categorias, totalizando 2.690.900 trabalhadores (FORÇA SINDICAL FAZ..., 2001).

(20) A Força Sindical organizou junto com o SMSP marchas à Brasília: entre elas, em junho de 1999, “A grande marcha do aposentado” que pressionava pela aprovação do Novo Plano de Aposentadoria.

(21) Enquanto em 1994, as greves por aumento salarial representavam 76,8% do total, em 1997, elas representam apenas 32,4%. Por sua vez, as paralisações motivadas pelo descumprimento de direitos aumentam de 18,6% em 1994 para 43% em 1997 (DIEESE, 1998).

contribuíram para o perfil defensivo das greves: a diminuição e a degradação do emprego, o aumento da informalidade. O abandono do sindicalismo combativo e a adoção de uma estratégia propositiva por parte da CUT também explicam o quadro de descenso da luta sindical no País. Além do descumprimento dos direitos trabalhistas, as greves cujo motivo era a implantação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) passaram a ocupar posição de destaque na segunda metade da década, quando representam 9,2% do total das paralisações — percentual que chega a 17,7% em 1996 e a 15,1% em 1997. E os metalúrgicos de São Paulo?

O quadro de reivindicações durante as greves do SMSP, no período 1991-1999, acompanhou as tendências das greves nacionais. Entre os metalúrgicos, as reivindicações relacionadas aos salários predominaram. Se somarmos às reivindicações por reajustes, aquelas relacionadas ao atraso no pagamento de salários, bem como à PLR, concluiremos que nada menos do que 80,7% das greves tiveram como meta a questão salarial. Uma análise da natureza das reivindicações revela que, apesar de agitador, o SMSP comandou uma luta defensiva, pois priorizou a greve por empresa, e regressiva — a luta por reajuste salarial arrefeceu no momento em que o sindicato elevou a PLR à condição de bandeira principal (Tabela VIII)<sup>(22)</sup>.

**Tabela VIII**

**Principais reivindicações das greves de metalúrgicos/São Paulo, por ano 1991-99**

Ano /Reivindicação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total N e %
Reaj. ou reposição salarial	55	6	2	81	46	11	1	1	1	204 — 34,5%
Atraso nos salários	2	3	13	5	39	45	27	23	18	175 — 29,5%
PLR					26	24	5	4	3	62 — 10,5%
Atraso PLR						24	12	1		37 — 6,2%
Estabilidade	3	1	-	2						6 — 1%
Demissões	1	8	5	4	2	8	6	1	10**	45 — 8,5%
Benefícios e direitos ***	4	1	7	3	3	4	1	1	5	29 — 4,9%
Cumprim. Acordo Coletivo	6	-	-		1	1				8 — 1,4%
Insalub./segur. no trabalho	-	1	1	2		1		2		7 — 1,2%
Fechamento da empresa				1	1					2 — 0,3%
Retirada de direitos		1	1		1	1			1	5 — 0,8%
Favorável à privatização					1*					1 — 0,1%
Outros		1	1	1	1		2			6 — 1%
Sem informação	3			1		1			1	6 — 1%
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>121</b>	<b>120</b>	<b>54</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>593</b>

Fonte: Boletim DIEESE, (1991-1999).

\* Privatização da Mafersa

\*\* as duas greves de categoria foram motivadas pelo aumento nas demissões

\*\*\* Vales, uniforme, cesta básica

(22) A partir de então, a PLR passou a compor a pauta de reivindicações do SMSP nas campanhas salariais. Em 1995, o sindicato tentara “sensibilizar” o patronato a incluir a PLR nas empresas. Tais iniciativas tiveram efeito reduzido, ao menos é o que podemos concluir de um estudo realizado pelo DIEESE (1998), de acordo com o qual 66% dos acordos realizados tinham como objetivo resolver problemas anteriores à negociação “como o não pagamento da PLR em anos anteriores ou o pagamento, já realizado, de algum tipo de abono como antecipação ao que viria a ser pago na forma de PLR”.

Como bem expressou Paulinho: “a participação nos resultados não se trata apenas de um salário a mais para os trabalhadores. É uma nova filosofia na relação capital trabalho, na qual ganha o trabalhador e a fábrica em que ele trabalha” (SILVA, 1995). Em 1995, após a implantação do Real, as reivindicações salariais ainda predominavam. Mas, nos anos seguintes, a PLR, os problemas relativos ao atraso no pagamento de salários e as demissões tornaram-se dominantes — o que indica que de uma ação grevista ofensiva, os metalúrgicos passaram a uma ação defensiva. Uma das entrevistas que realizamos com um dos diretores da Força Sindical foi paradigmática:

Hoje em dia é muito difícil você ganhar uma greve, é muito difícil você paralisar uma fábrica. É muito mais fácil você conseguir parar uma fábrica, dar uma palestra, falar junto com os patrões sobre PLR, sobre flexibilização para não estar gerando desemprego, tentando garantir o mínimo possível, do que (...) antes, [quando] você parava uma fábrica ficava 3, 4 dias da semana parado. Um mês tentando negociar (Entrevista realizada com Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, ago. de 2000).

Apesar de “colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador”, a PLR é uma forma de remuneração variável e desvinculada da remuneração contratual: variável porque dependente da produtividade e da capacidade de organização e negociação dos trabalhadores de uma determinada empresa; desvinculada da remuneração contratual porque nela não incidem encargos e direitos trabalhistas. Trata-se, por tudo isso, de uma medida que beneficia econômica e politicamente os empregadores. Economicamente, desonera a transferência de recursos das empresas para os empregados a um custo mais baixo, já que o valor acertado na PLR não entra no cálculo das contribuições (FGTS, por exemplo) e dos direitos trabalhistas (Férias e 13º salário) (CARDOSO JR., 2002). Politicamente, ainda que não estejam vetadas ações amplas que reivindiquem a participação nos lucros das empresas, elas são mais difíceis e sua implementação é pulverizada, já que a aferição dos lucros e resultados é feita por empresa (GALVÃO, 1999). Ideologicamente, a introdução da PLR acaba por estimular o aumento da produtividade, reforça a noção de parceria e oculta a natureza de classe da relação entre capital e trabalho. O operário é insuflado a “vestir a camisa da empresa” e a concorrer com operários de outras empresas, no estilo “meu time”. O que é considerado pelo SMSP como uma saudável “concorrência” entre trabalhadores é, de fato, um incentivo ao corporativismo, ao divisionismo e à rivalidade entre os próprios trabalhadores — questão da maior importância para compreendermos a eficácia da política neoliberal. Além disso, trata-se de um “bônus” e, simbolicamente, de um alento providencial ao governo FHC que estabelecia a desindexação salarial, subordinando a negociação coletiva aos objetivos do Plano Real (KREIN e OLIVEIRA, 1999).

Outra tendência foi o abandono da reivindicação por estabilidade no emprego. Apesar de defender a flexibilização da jornada de trabalho e do contrato de trabalho desde o início da década, o SMSP deflagrou algumas greves por empresa e de categoria em defesa da estabilidade no emprego, como vimos. Contudo, a partir de 1996, o SMSP rendeu-se à tese da inexorabilidade do desemprego, na medida em que abandonou as reivindicações por estabilidade e colocou na ordem do dia medidas voltadas para a desregulamentação

— contrato temporário, suspensão temporária, flexibilização da CLT. Mas, sobretudo depois de 1997, o SMSP, ao se engajar na luta contra o desemprego, passou a oferecer cursos de qualificação e requalificação, a intermediar a colocação de mão de obra no mercado e a inscrever os trabalhadores no seguro-desemprego e no PROGER. Dentre as medidas mais perversas, chamou a atenção a proposta de redução da jornada de trabalho e de salários, aprovada pelo SMSP em dezembro de 1997. Acuados pelo desemprego e pela informalidade, advertia Paulinho na ocasião em que esta proposta esteve em pauta: “nós entregamos o dedo para não perder a mão” (TUDO PELO EMPREGO..., 1997).

Façamos um breve balanço da atuação do SMSP: até 1994, as greves foram motivadas, no fundamental, por reajuste salarial — o que pode ser explicado pela crescente inflação. A partir de 1995, o cenário de desemprego crescente e de controle da inflação colocou o SMSP diante de um desafio: radicalizar os movimentos ou aceitar a lógica inexorável do desemprego e, neste sentido, lutar por políticas compensatórias e por mudanças pontuais na política econômica industrial. A necessidade de responder a demandas imediatas dos metalúrgicos, num quadro histórico de desemprego e desfiliação, levou o SMSP a criticar a política de abertura, os juros altos e a reivindicar redução da carga tributária e nos encargos trabalhistas, sem, contudo, romper com a plataforma neoliberal. Ao contrário, estimulou a contratação “flexível”, multiplicou a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional em sua sede e no Palácio do Trabalhador.

No que diz respeito às reivindicações econômicas, podemos concluir que elas foram predominantes e que, após a implantação do Plano Real, estiveram direcionadas para a negociação da PLR com as empresas. A luta por reivindicações econômicas, cada vez mais fragmentadas, foi o limite dentro do qual os operários do setor metalúrgico de São Paulo empreenderam sua luta. Mesmo as campanhas realizadas com as outras centrais ficaram circunscritas à luta contra o desemprego e pela adoção de políticas compensatórias: refiro-me aos acordos do setor automotivo, aos programas de qualificação profissional, às campanhas pela redução da jornada de trabalho para 40 horas e por políticas emergenciais de emprego.

Formulamos, agora, uma última questão: a intensa mobilização dos metalúrgicos ao longo da década de 1990 teria garantido, a despeito do quadro de desemprego e de redução dos direitos, ganhos salariais aos metalúrgicos?

Para respondê-la realizamos um levantamento das convenções coletivas assinadas pelo SMSP, no período 1989-2000, cujo intuito foi comparar os índices salariais acordados, entre o sindicato e a FIESP, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) e ao Índice de Custo de Vida (DIEESE). Pesquisamos junto ao Sindicato e ao Boletim DIEESE informações sobre os acordos coletivos celebrados. Duas questões nos interessavam: 1) se após o Plano Real os acordos salariais foram superiores à inflação e 2) de que forma as políticas neoliberais se refletiram nos acordos salariais. Vejamos.

A maior perda dos metalúrgicos na década neoliberal ocorreu no ano de 1990, em função do Plano Collor. Se considerarmos o índice do IBGE, o expurgo foi de 39,64%. Nos anos que se seguiram (1991-1993), os metalúrgicos procuraram recuperar parte destas perdas, realizando acordos acima da inflação, medida pelo IBGE. Em 1991, o índice ficou 18,46% acima da inflação; em 1992, ficou 3,36% acima da inflação e, em 1993,

7,17%. Após a implantação do Real, em junho de 1994, e no ano seguinte, o sindicato também consegue fechar acordos superiores à inflação, 4,88% e 2,43%, respectivamente. Todavia, nos anos seguintes, o sindicato oscilou entre acordos superiores e inferiores à inflação (Tabela IX).

**Tabela IX**  
**INPC-IBGE, ICV — DIEESE e índice de reajuste dos metalúrgicos**  
**de São Paulo, por ano, período 1989-2000**

Período	Nov 1988/ out 1989	Nov 1989/ out 1990	Nov 1990/ out 1991	Nov 1991/ out 1992	Nov 1992/ out 1993	Julho/ out 1994	Nov 1994/ out 1995	Nov 1995/ out 1996	Nov 1996/ out 1997	Nov 1997/ out 1998	Nov 1998/ out 1999	Nov 1999/ out 2000
INPC	1339,16	2617,19	410,18	1170,91	2033,14*	14,41**	23,78	11,84	4,28	2,3	6,88	6,15
Índice***	1453,98	1540,00	504,36	1213,68	2186,29	20,00	26,79	9,00	4,00	2,50	6,50	8,00
Diferença	+ 7,9	- 39,64	+ 18,5	+ 3,36	+ 7,17	+ 4,88	+2,43	- 2,53	- 0,26	+ 0,20	- 1,29	+ 1,74
ICV	1395,13	3009,40	424,40	1147,04	2192,71*	15,67**	26,07	13,98	6,44	1,07	7,72	8,25
Índice***	1453,98	1540,00	504,36	1213,68	2186,29	20,00	26,79	9,00	4,00	2,50	6,50	8,00
Diferença	+ 3,95	- 47,24	+ 15,2	+ 4,25	+ 2,81	+ 3,74	+ 0,57	- 4,37	- 2,3	+ 1,41	- 1,13	- 0,23

Fonte: Tabulação própria

\* A partir de 1993 tomamos como referência o Grupo 10

\*\* INPC de julho a outubro de 1994 (inflação em reais)

\*\*\* Índices informados pelo SMSP

Tais perdas, contudo, quando comparadas às demais categorias da indústria paulista, são menores, o que nos leva a concluir que apesar de incapazes de negociar os índices de desemprego, o SMSP foi eficaz nas negociações salariais que realizou durante a primeira metade da década de 1990. A partir de 1996, a luta defensiva e no varejo, adotada pelo SMSP, aliada ao fato das lideranças terem priorizado a negociação variável e pulverizada da PLR, teve consequências sobre as negociações coletivas — tanto é que, apenas em 1998 (índice DIEESE) — ou em 1998 e 2000 (índice IBGE) — o sindicato consegue recompor a inflação anual, ficando as demais datas-bases com índices inferiores à inflação<sup>(23)</sup>.

### 3. CONCLUSÃO

A partir de 1986, o SMSP gestou uma nova corrente no interior do sindicalismo de direita. Esta nova corrente — uma resposta ao avanço da CUT, inclusive sobre sua base — guardava diferenças relativamente ao peleguismo tradicional, mais precisamente ao modelo ditatorial de gestão dos sindicatos, dominante no período de estabilidade da ditadura militar. As diferenças fundamentais eram: o “sindicalismo de resultados” fazia a crítica à intervenção do Estado nas negociações e nos sindicatos, assumia a ação grevista — ainda que fossem greves isoladas e defensivas —, organizava a base e incrementava a participação dos trabalhadores junto ao sindicato, ao formar uma “tropa” de delegados

(23) Segundo dados do DIEESE (2002), em 1996, 59% das categorias conseguiram reajustes maiores ou iguais ao INPC, em 1997, 55%, em 1998, 65% e, em 1999, 50%.

sindicais. Com tais estratégias, o SMSP implantou uma prática sindical tipicamente *trade-unionista*. Desta forma, o SMSP soube rechaçar o aspecto mais impopular do modelo ditatorial (inércia, passividade e controle direto dos governos sobre os sindicatos), enquanto no plano político-ideológico defendia um discurso apolítico, favorável ao capitalismo tal qual ele se configurava no País e, por isso, conservador.

O SMSP encontrou assim uma fórmula para satisfazer os interesses imediatos de seus representados: combinou o *tradeunionismo* no plano econômico, assistencialismo no plano sindical e conservadorismo no plano político. Ao menos no período 1987-2000, o SMSP foi reivindicativo na hora de fazer greve, mas conservador na hora de negociá-la, na hora de fazer política e, sobretudo, na hora de tirar vantagens, políticas e econômicas, da estrutura sindical oficial.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil* — da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.

ASKOLDOVA, Svetlana. *Le trade-unionisme américain — formation d'une idéologie (fin du XIXème siècle)*. Moscou: Editions du Progrés, 1981.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil* — uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

CARDOSO, Adalberto. *A trama da modernidade* — pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

CARDOSO JR., José Celso. Reforma do estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, vol. 23, no. 2, 2002, p. 899-922.

“Categoria discute estratégia de negociação”, *O metalúrgico*, no. 394, abr. de 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIEESE. *Boletim DIEESE*. São Paulo, 1990-1998.

\_\_\_\_\_. “O movimento grevista nos anos 90”. *Anuário dos trabalhadores*, set. de 1998.

\_\_\_\_\_. “59% das categorias recompõem os salários no primeiro semestre”, São Paulo, 9 de outubro de 2002.

\_\_\_\_\_. “Divergência geral afeta campanha unificada”, *Folha de S. Paulo*, 5 de nov. de 2000.

FARIA, Hamilton José Barreto. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964/1978)*. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1986.

\_\_\_\_\_. “Força sindical faz panfletagem no viaduto do chá na próxima segunda-feira”, *Folha de S. Paulo*, 31 de ago. de 2001.

GALVÃO, Andréia. “Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do ‘novo sindicalismo’ metalúrgico nos anos 90”. In: RODRIGUES, Iram Jácome. (org.) *O novo sindicalismo* — vinte anos depois. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Educ; UNITRABALHO, 1999, p. 113-132.

\_\_\_\_\_. “Greve contra demissões pára ford de SP”, *Folha de S. Paulo*, 5 de jul. de 1996.

GUÉRIN, Daniel. *Le mouvement ouvrier aux États-Unis de 1866 à nos jours*. Paris: François Maspero, 1977.

- \_\_\_\_\_. “Importação é assunto sério”, *Folha de S. Paulo*, 11 de out. de 1994.
- KREIN, José Dari e OLIVEIRA, Marco Antonio de. Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998. *XXIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 1999.
- LEITE, Márcia de Paula e SOLIS, Sydney Sérgio F. O último vendaval: a greve dos 700.000. *Cara a cara*, ano I, no. 2, julho a dezembro de 1978, p. 115-151.
- MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARTINS, Heloíza Helena Teixeira de Souza. *O estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política* (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo — 1953-54). São Paulo: Editora Polis, 1978.
- MORAES, Reginaldo Carmelo de. *Pacto social — da negociação ao pacote*. São Paulo: L&PM, 1986.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro — a experiência do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997.
- PAES, Maria Helena Simões. *O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (1932-1951)*. São Paulo, Dissertação de mestrado, [s.n], 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- RENNER, Cecília Ornellas. *Dois estratégias sindicais*. São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90, *XXV Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, 16 a 20 de outubro de 2001, mimeo.
- RODRIGUES, José Albertino. *Desenvolvimento e sindicato no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.
- \_\_\_\_\_. Sindicato e trabalhadores dizem não ao desemprego e são agredidos pela polícia. *O metalúrgico*, edição extra, ago. de 1996.
- SILVA, Paulo Pereira da. *O metalúrgico*, edição extra, ago. de 1995.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. “O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo”. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 26, 2009, p. 79-102.
- \_\_\_\_\_. “Tudo pelo emprego — Força sindical topa a redução de salários; isola a CUT e muda a negociação entre patrões e trabalhadores”. *Isto é*, 17 de dez. de 1997.
- \_\_\_\_\_. Vamos parar para o Brasil crescer. *O metalúrgico*. Edição extra, jun. de 1996.